

ANJ aprova autorregulamentação

por Andréa Valerio

A ANJ (Associação Nacional de Jornais) aprovou semana passada, durante Assembleia Geral Extraordinária, realizada em Brasília, o Programa Permanente de Autorregulamentação da entidade.

O objetivo é apontar cinco caminhos de boas práticas que podem ser seguidos pelos associados para a implementação em suas empresas.

O primeiro caminho sugerido é o reconhecimento e publicação de erros. O programa destaca as colunas de "Correção e Erramos", que já existem nos jornais, e que é um compromisso das empresas reconhecer erros apontados por leitores ou equipes internas, com identificação clara do ocorrido.

O segundo é a criação de canais de atendimento. A idéia é que estejam claros para o leitor os meios de acesso à área editorial, com a publicação de telefones, fax, endereços para cartas ou e-mails.

Já o terceiro é a publicação de cartas e e-mails de leitores. A sugestão é que fique clara a política de publicação das formas de contato com o público.

O quarto caminho apontado são os fóruns de análise crítica, que indicam a presença de um ombudsman, profissional contratado que atuará como um crítico do jornal e representante dos leitores.

Por fim, a entidade sugere a criação de um "Manual ou Guia de Ética" que seguirá os princípios éticos do jornal e da associação.

Segundo a presidente da entidade, Judith Brito, esses modelos são apenas sugestões para os associados, que terão liberdade para

adotar as práticas que julgarem mais eficientes.

Na Assembleia Geral foram aprovadas, ainda, alterações no Estatuto Social para adequá-lo à implantação do programa. A mudança prevê que jornais e sites criem um modelo de autorregulamentação, comuniquem à ANJ e informem com clareza aos leitores, o que está sendo instituído. O período para implantação deve ser de um ano.

Ela disse que a idéia é que os 150 veículos filiados mantenham e divulguem canais de comunicação com os leitores, que estimulam a transparência e a relação de confiança e responsabilidade entre as partes.

Judith afirmou que, "após a queda da Lei de Imprensa do regime militar, a necessidade de que a ANJ e os jornais refletissem sobre o assunto era clara". "Pensamos que essa seja mais uma demonstração de que nós não aceitamos nenhum tipo de interferência, de censura ou de intervenção externa e que reforçamos com isso a independência dos jornais e que o jornalismo tem de ser praticado e feito com independência".

A executiva considerou que a autorregulamentação, traduzida no programa, é "ampla, descentralizada e executada conforme a necessidade de cada jornal, em acordo com seu público leitor, de forma transparente".

FÓRUM

Além da Assembleia Geral, a ANJ realizou também, na semana passada, junto com a SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa) e com a colaboração do Supremo Tribunal Federal, o "Fórum Internacional Liberdade de Imprensa e Poder Judiciário". O evento foi aberto pelo presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso, e por Judith Brito, e teve a participação dos ministros Ayres Britto e Ellen Gracie, além de juristas do exterior e do Brasil, entre outros convidados (veja texto abaixo).

Brasil vai sediar assembleia da SIP

O diretor executivo da SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa), Julio Muñoz, oficializou semana passada a realização no Brasil da 68ª Assembleia Geral da entidade, em outubro de 2012, em São Paulo.

O evento, de acordo com Muñoz, é uma ótima oportunidade para a sociedade debater assuntos relacionados à liberdade de expressão e como o tema tem sido tratado pelos governos. Para ele, o governante precisa entender que ele é um empregado do povo, e não o contrário. Por isso, o fluxo de notícias tem que ser livre. O executivo disse ainda que é o povo, e não o poder, o dono da informação. Para tanto, as autoridades têm obrigação de garantir as regras de acesso, pela sociedade, a todo e qualquer tipo de notícia.

Muñoz ponderou ainda que deve haver transparência na comunicação e a imprensa tem o dever de fiscalizar o poder. Ele conta que se decepcionou muito, no início deste mês, quando a presidente Dilma Rousseff não assinou a Lei de Aces-

so à Informação. Mas, segundo ele, mesmo assim, o Brasil está numa situação melhor do que os países vizinhos. Ele citou o Equador, Venezuela, Bolívia e México, que vivem situações mais críticas, no que se refere à liberdade da imprensa.

O executivo lembrou ainda que há muitos governos que controlam a informação, seja com violência ou aprovando leis específicas que legalizam as atitudes de controle.

Muñoz falou também da falta de exigência do diploma de jornalismo. Segundo ele, o jornalista não é como médico ou engenheiro, que precisa estudar e tirar diploma para exercer o ofício. Ele acredita que a exigência é uma forma de controlar quem pode e quem não pode trabalhar com a informação. "Isso é uma forma de autoritarismo", afirmou.

Sobre a assembleia, ele revelou que a abertura deve contar com a presença da presidente Dilma, como é tradição nos demais países onde foi realizado.

O comitê anfitrião do evento no Brasil é composto pelos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, A Tribuna, Diários Associados, O Popular, Gazeta do Povo,

Zero Hora, Correio Popular e Editora Abril.

De acordo com Silvio Genesini, presidente do comitê, a realização da assembleia é um momento muito importante para discutir a situação no Brasil. Ele afirmou que hoje o tema é mais tranquilo, mas sempre há o perigo do contágio, devido aos problemas de países vizinhos, que pode acabar refletindo por aqui.

Genesini disse que o evento deve contar com a presença de representantes de vários países e entidades do setor. As palestras e temas que serão discutidos ainda serão definidos. Apesar disso, ele declarou que um dos destaques será tudo o que envolve as novas mídias. Ele acredita que todos estão aprendendo sobre o tema e utilizando a ferramenta, mas o anonimato faz com que o meio se torne perigoso e é preciso ficar atento.

A última vez que o Brasil sediou uma assembleia da SIP foi em 1991. Genesini contou que serão vendidas cotas de patrocínio do evento, mas não está definido quantas serão e nem o valor. O que se sabe é que todos os jornais participantes do comitê entrarão no pacote.



Muñoz: "Brasil vive um momento mais tranquilo que os países vizinhos"

MPF mira decibels de som de comercial

por Perla Rossetti

Desde fevereiro, o Ministério Público Federal em São Paulo apura denúncias e laudos que constataram diferenças de níveis sonoros de até 5 decibels (dB) entre o sinal de áudio da programação normal das emissoras de canais abertos e pagos e os co-

merciais veiculados. As maiores variações foram constatadas nos canais pagos infantis. Os laudos foram produzidos a pedido do jornal Folha de S.Paulo.

Na semana passada, o MPF entrou como uma ação civil pública, com pedido de liminar, contra a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) para que a agência regulamente e fiscalize o cumprimento da Lei Federal 10.222, de 2001, que proíbe emissoras de TV de aumentar o volume nos seus

intervalos comerciais, sob pena de suspensão das transmissões pelo prazo de 30 a 90 dias.

Em comunicado, a Anatel informou que não há critérios estipulados para a fiscalização e a tarefa de defini-los não cabe à agência. De acordo com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a competência é da Presidência da República por meio de decreto. O assunto passará primeiro pelo Poder Executivo.

DINÂMICA

A Rede Globo tem um departamento para analisar previamente os comerciais e volume de áudio. Assessor técnico de som da Rede Globo, Carlos Ronconi diz que o problema ocorre na transmissão. "Órgãos internacionais como a ITU, a agência de tecnologia de comunicação da Onu, recomendam que a variação sonora seja de até 8 dB, sendo menos 4 ou mais 4, índice que não incomoda o espectador".

Sonoplasta da Globo, com experiência de mais de 40 anos na área, Manoel Tavares comenta que a discussão é mundial e que todas as emissoras terão de baixar o volume. "Ninguém aceita no mundo que os comerciais sejam altos para chamar a atenção do espectador, mas há uma discrepância entre os canais". Porém, a questão é técnica. DJ do programa "Caldeirão do Huck", na Rede Globo, e diretor do estúdio Mellancia, o Maestro Billy explica

que se trata da dinâmica da massa sonora, já que os decibels são compactados num espaço de densidades diferentes. "As produtoras de som gravam adequadamente, mas as emissoras de TV não têm tempo para masterizar o que vai ao ar". A masterização equilibra frequências, achata o som sem comprimi-lo e cria uma massa sonora maior. "É como uma panela de pressão. Sem estourar, ela aumenta o volume do ar quente que está preso lá dentro".